



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Edital nº 90.027/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 04 de maio de 2026

EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

DADOS DA LICITAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.027/2026 UASG: 980921	DATA DE ABERTURA: 21/05/2026 HORÁRIO: 09h30min. SÍTIO: https://www.gov.br/compras/pt-br
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19101.004600/2025	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação - SEMURH
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para a prestação de serviços de publicação de pareceres urbanísticos e econômicos de operações urbanas aprovadas nos anos de 2004 a 2016, assim como os seus termos de compromisso firmados e seus respectivos termos de quitação, nos termos do art. 17 da Lei nº 3.254/1992 e demais normas pertinentes, sob demanda para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 328.950,00 (trezentos e vinte e oito mil e novecentos e cinquenta reais).	
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO: Verificar item 15 do Termo de Referência – Anexo I, do Edital e Item 21 deste Edital	QUANTIDADE DE ITENS: 01 ITEM
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR ITEM
FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO	MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública para o endereço membrol1cpl@gmail.com	PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR: NÃO

PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA: duas (02) horas a contar da solicitação.	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01
A fase de habilitação NÃO será anterior à fase de lances.	

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
NÃO	NÃO	NÃO;	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei nº 7.690, de 01 de novembro de 2024;

Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);

Decreto Municipal nº 62.276/2026 (Procedimentos Auxiliares das Licitações);

Decreto Municipal nº 61.092/2024 (Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento do Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís);

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (sustentabilidade ambiental);

Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);

Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (autenticação dos livros contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais);

Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (improbidade administrativa);

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 (recuperação judicial, extrajudicial e falência);

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);

Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br/ e <http://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1-> “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail membro11cpl@gmail.com, ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;
3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2.
DO REGISTRO DE PREÇOS	3.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	5.
DO CREDENCIAMENTO	6.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	7.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	9.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	10.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	11.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	12.
DO MODO DE DISPUTA	13.
DA DESCONEXÃO	14.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	15.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	16.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME E EPP	17.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	18.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE.....	19.
DA AMOSTRA	20.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	21.
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO.....	23.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	24.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO ...	25.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	26.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	27.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	28.
DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	29.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	30.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	31.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32.
SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:	
<p>ANEXO I – Termo de Referência e seus Apêndices;</p> <p>ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços</p> <p>ANEXO III – Ata de Registro de Preços</p> <p>ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar – ETP;</p> <p>ANEXO V – Minuta de Contrato;</p>	
<p>ASSESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL:</p> <p>EMANUELLA SILVA DE SOUSA</p> <p>Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA</p> <p>Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>	<p>PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO:</p> <p>Nelsonairon Marques Viana</p> <p>Pregoeiro (a)- CPL/PMSL/MA</p> <p>Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>

1. DO PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP: 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site www.gov.br/compras/pt-br/.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

2.2. A licitação contemplará 01 ITEM, conforme **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

2.3. O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

2.4. NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DO EDITAL.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão alocados pelos órgãos interessados. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

4.2. No caso da licitação através do Sistema de Registro de Preços, não é necessário a indicação de recursos orçamentários, em virtude da sua natureza, exigível apenas antes da assinatura do contrato, nos termos do § 2º do art. 11 do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

5.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

5.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no **DADOS DA LICITAÇÃO**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na *extensão “pdf”* e uma via em *extensão “doc”*.

5.2.1. Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

5.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

5.3.1. Número do certame impugnado;

5.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

5.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;

5.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

5.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

6.1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.5. *No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.*

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

7.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.5. Não poderão disputar esta licitação:

7.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.5.8. Agente público do órgão licitante;

7.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6. O impedimento de que trata o **subitem 7.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 7.5.2 e 7.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

7.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.9. O disposto nos **subitens 7.5.2 e 7.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas

entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.11. A vedação de que trata o **subitem 7.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.12. Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

7.12.1. O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.13. *Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.*

7.13.1. Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

7.13.2. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do **item 21** deste Edital, sob pena de inabilitação.

7.13.2.1. Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

7.13.2.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

7.14. *As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.*

7.15. *É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.*

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

8.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

8.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

8.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre

os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.5. A falsidade da declaração de que trata os **itens 8.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

8.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 8.12** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.12.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. **Valor** para cada Lote, em moeda corrente nacional;

9.1.2. Marca;

9.1.3. Fabricante;

9.1.4. Quantidade cotada, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

9.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, folders, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5.** Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no “**DADOS DA LICITAÇÃO**” deste Edital.
- 9.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.6.1.** O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 9.6.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.
- 9.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- 9.7.1.** Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou
- 9.7.2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 9.8.** Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito o licitante, bem como quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto contratado.
- 9.9.** A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante ou em meio eletrônico oficial, contendo, no mínimo:
- 9.9.1.** CNPJ;
- 9.9.2.** Endereço completo;
- 9.9.3.** Telefone e e-mail para contato;
- 9.9.4.** Identificação do licitante;
- 9.9.5.** Descrição clara dos serviços ofertados;
- 9.9.6.** Assinatura de sócio, diretor, administrador, procurador ou responsável legal, com indicação de nome completo, cargo/função, CPF e número do documento de identidade.
- 9.10.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.
- 9.11.** Para fins de padronização e comparação das propostas, os valores deverão ser apresentados considerando a unidade de medida **centímetro por coluna (cm/col)**, conforme prática usual do mercado editorial para publicação de atos oficiais em jornais.
- 9.11.1.** A métrica de **centímetro por coluna (cm/col)** corresponde à área ocupada pela publicação no veículo impresso ou digital, calculada a partir da altura do texto em centímetros multiplicada pela largura padrão da coluna editorial do veículo de comunicação.
- 9.11.2.** Considerando que cada veículo de comunicação pode possuir formatação própria de diagramação, caberá à contratada aplicar seu layout editorial padrão, garantindo que o cálculo do espaço publicado observe proporcionalidade e transparência na aferição do espaço utilizado.
- 9.12.** A proposta deverá conter, no mínimo:
- 9.12.1.** Valor unitário por centímetro/coluna para publicação em jornal de grande circulação de abrangência estadual;
- 9.12.2.** Valor unitário por centímetro/coluna para publicação em jornal de grande circulação de abrangência nacional, quando aplicável;
- 9.12.3.** Indicação, quando possível, dos veículos de comunicação habitualmente utilizados para a prestação do serviço, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros veículos equivalentes durante a execução contratual;

9.12.4. Eventual diferenciação de valores para publicações realizadas em finais de semana ou feriados, quando houver.

9.13. A comprovação de circulação, tiragem ou alcance do veículo de comunicação poderá ser exigida pela Administração na fase de habilitação ou durante a execução contratual, por meio de documentos idôneos, tais como certificações, relatórios de circulação, auditorias independentes ou outros meios equivalentes, observando-se o princípio da ampla competitividade.

9.14. Os preços propostos deverão ser expressos em moeda corrente nacional (R\$), com valores fixos, completos e abrangentes, incluindo todos os encargos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços.

9.15. O instrumento de procuração deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em cartório) ou instrumento particular com firma reconhecida em cartório, ou por meio de assinatura digital válida emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

9.16. Serão desclassificadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, as propostas que:

9.16.1. Contiverem vícios insanáveis;

9.16.2. Não atenderem às especificações técnicas do instrumento convocatório;

9.16.3. Apresentarem preços inexequíveis ou superiores ao orçamento estimado para a contratação;

9.16.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.16.5. Apresentarem desconformidade insanável com quaisquer exigências do instrumento convocatório.

9.16.6. Não será exigida a apresentação de prova de conceito (PoC) nesta contratação.

9.17. A adjudicação do objeto será realizada com base na proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o critério de menor preço por centímetro/coluna publicado, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e legais previstos no edital e neste Termo de Referência.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, na data e horário discriminados nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

10.3. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

11.2. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 12.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 12.2.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.
- 12.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 12.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.
- 12.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o detalhado no “DADOS DA LICITAÇÃO”.
- 12.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 12.7.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 12.8.** Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

13. DO MODO DE DISPUTA

- 13.1.** O modo de disputa está discriminado nos “**DADOS DA LICITAÇÃO**”.
- 13.2.** No modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 13.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 13.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 13.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 13.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 13.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 13.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO

- 14.1.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 14.2.** Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 04 (quatro) horas ou na

hipótese de remarcação da sessão pública, esta somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

16. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

16.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

16.1.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

16.1.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

16.1.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

16.1.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

16.1.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

16.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

16.1.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

16.1.2.2. Empresas brasileiras;

16.1.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

16.1.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

17. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

17.1.1. NÃO SE APLICA;

18. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

18.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

18.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

18.1.2. A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

18.1.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.1.5. É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

18.1.6. Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

18.2. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

19. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

19.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação das licitante subsequentes, na ordem de classificação.

19.1.1. Considera-se inexecutável o lance que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

19.1.2. O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexecutabilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

19.1.3. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 19.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

19.2. O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 9** deste Edital, para sua elaboração.

19.3. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocado no mesmo prazo do **subitem 19.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

19.4. A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

19.4.1. Dados do licitante, tais como: número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

19.4.2. Nome completo do responsável ou representante legal pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

19.4.2.1. Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

19.4.3. Indicação do valor unitário e total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusos todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

19.4.3.1. Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I

deste Edital, sob pena de desclassificação;

19.4.4. Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

19.4.4.1. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.**

19.4.4.1.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

19.4.5. **O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.**

19.4.5.1. Nos casos de proposta readequada, o prazo de validade será considerado a partir da data de sua apresentação.

19.4.5.2. A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

19.4.5.3. Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

19.5. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

19.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

19.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

19.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

19.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

19.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

19.6. A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

19.7. Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.

19.8. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.

19.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.

19.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.

19.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.

19.12. A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

20. DA AMOSTRA

20.1. As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste

21. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.

21.2. Após declarado o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

21.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

21.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

21.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

21.2.4. Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

21.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 21.2.2, 21.2.3 e 21.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

21.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

21.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

21.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

21.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

21.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

21.6. Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

21.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

21.7.1. A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7ª, parágrafo único).

21.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítio eletrônico oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

21.9. Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontra a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

21.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no “chat”, sob pena de inabilitação.

21.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

21.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

21.13. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

21.14. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

21.15. Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

21.16. Habilitação Jurídica:

21.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

21.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

21.16.4. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.16.5. No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

21.16.6. No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

21.16.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil da Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o **art. 5º** da Lei nº 5.764/1971;

21.16.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

21.16.9. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021;

21.16.10. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

21.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

21.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

21.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, **no**

Cadastro de Pessoas Físicas, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

21.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil;

21.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

21.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

21.18.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

21.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

21.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

21.18.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

21.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

21.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

21.19. Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 21.18.6 / 21.18.7 e 21.18.8 / 21.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, cabará o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

21.20. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

21.20.1. Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no **subitem 21.20.**, constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros **5 (cinco) dias úteis**.

21.20.2. A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no **subitem 21.20.1** acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

21.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

21.22. Qualificação Técnica:

21.22.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação;

21.22.2. O atestado deverá conter identificação do responsável legal e dados da entidade emissora;

21.22.3. Disponibilizar, quando solicitado, documentos comprobatórios da veracidade dos atestados;

21.22.4. Apresentar as seguintes declarações (art. 63 da Lei 14.133/2021):

21.22.4.1. De que atende aos requisitos de habilitação;

- 21.22.4.2.** De que cumpre a reserva legal de cargos para PCDs e reabilitados da Previdência;
- 21.22.4.3.** De que a proposta econômica cobre integralmente encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais.

21.23. Qualificação Econômico-Financeira:

21.23.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

21.23.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

21.23.1.2. Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

21.23.1.3. Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

21.23.1.3.1. O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

b.1) O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

21.23.1.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

21.23.1.5. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

21.23.1.6. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

21.23.1.7. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

21.23.1.7.1. Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

21.23.1.7.2. Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

21.23.1.8. Os documentos referidos no **subitem 21.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

21.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:

21.24.1. Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

21.24.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

21.24.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

21.24.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

21.24.2.3. O prazo em que se refere o **item 21.24.2.** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

21.24.3. Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

21.24.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

21.24.5. Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

21.24.6. O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado pelo prazo indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, sendo que tal pedido **deverá ser realizado dentro do prazo concedido**.

21.24.7. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.

21.24.8. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

21.24.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

21.24.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:

21.24.9.1. Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

21.24.9.2. Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

21.24.10. O(A) Pregoeiro(a), constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á **HABILITADA**. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada **INABILITADA**.

21.24.11. As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como válidas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.

21.24.12. O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

22.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

22.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

22.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

22.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os

itens/LOTES constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/LOTES(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e site oficial desta CPL.

22.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição e/ou serviços pretendidos, desde que devidamente justificada.

22.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.8. Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

23.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

23.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

23.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

23.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

23.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

23.3.4. A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

23.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

23.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

23.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

23.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

23.8. As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

23.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

24. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

24.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

24.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

24.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

24.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

24.1.4. A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do “chat”, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

24.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

25. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

25.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

25.2. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

25.2.1. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

26. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

26.1. As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

27. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

27.1. As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

28. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

29. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

29.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato ou aceitar instrumento equivalente, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

29.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante

seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

29.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

29.1.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

29.1.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

29.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

29.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

30. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

30.1. As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

31. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

31.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

32.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

32.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

32.10. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas

casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

32.11. É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

32.12. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

32.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

32.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL - CPL | Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

EMANUELLA SILVA DE SOUSA

Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA

Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Emanuella Silva de Sousa, Assessora**, em 04/05/2026, às 12:50, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3848034** e o código CRC **2429E5C3**.



TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19101.004600/2025	ÓRGÃO GERENCIADOR: Central Permanente de Licitação/CPL
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para a prestação de serviços de publicação de pareceres urbanísticos e econômicos de operações urbanas aprovadas nos anos de 2004 a 2016, assim como os seus termos de compromisso firmados e seus respectivos termos de quitação, nos termos do art. 17 da Lei nº 3.254/1992 e demais normas pertinentes, sob demanda para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH.	
TIPO: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21, e Decretos Municipais nºs 60.155/2024 e 60.157/2024).	
VALOR ESTIMADO: R\$ 328.950,00 (trezentos e vinte e oito mil e novecentos e cinquenta reais)	
Sigiloso: Não	Intervalo Mínimo entre lances: R\$ 0,01
Modo de Disputa: Aberto e Fechado	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item	QUANTIDADE DE ITENS: 1
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: Item	FORMA DE EXECUÇÃO: Sob demanda
EXIGE AMOSTRA: Não	EXIGE PROVA DE CONCEITO: Não

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura contratação de empresa jornalística de grande circulação, com atuação no Estado do Maranhão, especializada na prestação de serviços de publicação oficial de documentos urbanísticos e institucionais, incluindo pareceres técnicos, termos de compromisso e de quitação relativos às Operações Urbanas aprovadas entre 2004 e 2016, bem como outros atos administrativos determinados por decisão judicial, sob demanda, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH da Prefeitura Municipal de São Luís/MA.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.

1.4. O presente objeto é caracterizado como **serviço contínuo**, sendo sua duração inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 3º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência, execução e fiscalização da contratação.

1.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e aquelas constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último.

1.7. Em razão da especificidade do objeto, o item desta contratação não será exclusivo para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.8. Os quantitativos indicados neste Termo são **estimativos**, sendo devido à CONTRATADA somente o valor correspondente às solicitações efetivamente realizadas pela CONTRATANTE e devidamente atendidas.



1.9. O objetivo da futura contratação é atender à necessidade da SEMURH de garantir a ampla publicidade dos pareceres urbanísticos e econômicos, termos de compromisso e de quitação das operações urbanas (2004-2016) e demais documentos de gestão, em cumprimento ao art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992 e à sentença judicial nº 0807193-84.2017.8.10.0001, assegurando transparência, legalidade e controle social sobre a política urbana municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Do Parcelamento da Contratação

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do inciso VI do §1º do art. 18 do mesmo diploma legal, a Administração deverá avaliar a possibilidade de parcelamento da solução, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

No presente caso, após análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH, concluiu-se pela inviabilidade do parcelamento da contratação, pelos seguintes fundamentos:

I – Natureza uniforme do objeto: os serviços a serem contratados possuem características homogêneas e padronizadas, consistindo na publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação, cuja unidade de medição é centímetro por coluna, o que não comporta fracionamento técnico sem comprometer a padronização da execução;

II – Racionalidade administrativa e operacional: a contratação de múltiplos prestadores poderia gerar dificuldades operacionais relacionadas à coordenação das publicações, controle de prazos, padronização de layout e comprovação de circulação, aumentando o risco de inconsistências na divulgação dos atos administrativos;

III – Cumprimento de decisão judicial: a contratação visa atender à sentença judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001, que determina a publicação de documentos relacionados às Operações Urbanas. A execução fragmentada do objeto poderia comprometer a uniformidade e a rastreabilidade das publicações exigidas judicialmente;

IV – Eficiência da gestão contratual: a centralização da execução em um único contratado permite maior controle da execução, fiscalização mais eficiente, padronização dos procedimentos de publicação e simplificação dos processos de ateste e pagamento;

V – Economia de escala: a contratação unificada tende a proporcionar melhores condições comerciais e redução de custos administrativos, considerando a natureza contínua e sob demanda do serviço.

Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, operacionais e jurídicos envolvidos, **conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra adequado ao interesse público, motivo pelo qual a contratação será realizada em lote único, sem fracionamento do objeto.**

2.2. Fundamentação da Contratação

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante deste Termo de Referência.

O ETP demonstra que a presente contratação é necessária para:

- o cumprimento da decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001;



- o atendimento ao disposto no art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992, que determina a ampla divulgação dos pareceres urbanísticos e econômicos referentes às Operações Urbanas aprovadas no Município de São Luís;
- a publicidade dos pareceres urbanísticos e econômicos, termos de compromisso e termos de quitação relativos às operações urbanas realizadas entre 2004 e 2016, bem como de outros atos institucionais de interesse da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH.

A contratação, portanto, busca assegurar transparência administrativa, publicidade dos atos públicos e cumprimento de obrigações legais e judiciais, observando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3. Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:

2.2.1. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

- **Órgão PCA:** Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH
- **Item:** 47 – Serviço de Publicações Oficiais (pareceres urbanísticos, termos de compromisso e quitação, e demais documentos da gestão)
- **PCA 2026 – PNCP:** 06307102000130-0-000003/2026 / ITEM 17 / 47 - Serviço de Publicações Oficiais

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. A contratada deverá demonstrar compromisso com práticas sustentáveis, considerando, no mínimo:

- a) Preferência por veículos de comunicação que adotem boas práticas ambientais, como o uso de papel certificado (FSC ou equivalente) e processos gráficos menos poluentes;
- b) Disponibilização de versão digital das publicações, com acesso gratuito, visando reduzir o consumo de papel e ampliar a transparência pública;
- c) Utilização de meios eletrônicos para recebimento e confirmação de materiais a serem publicados, evitando deslocamentos e consumo de recursos físicos desnecessários;
- d) Adoção de medidas para reduzir a pegada de carbono associada à execução contratual, inclusive gestão de resíduos e consumo consciente de energia;
- e) Apresentação, quando solicitado, de declaração de responsabilidade socioambiental, podendo incluir certificações ambientais, relatórios de impacto ou programas internos de gestão sustentável.

4.1.2. A contratada deverá manter-se atualizada quanto às normas ambientais aplicáveis ao setor gráfico/editorial e comprometer-se com a adequação progressiva a padrões mais sustentáveis durante a vigência do contrato.

4.2. Subcontratação

4.2.1. É vedada a subcontratação de qualquer parcela do objeto contratual, tendo em vista a natureza direta e especializada dos serviços de publicação oficial em jornal de grande circulação, cuja execução exige fidelidade na veiculação, compatibilidade com os prazos e vinculação direta entre a SEMURH e o prestador do serviço.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não será exigida a garantia de execução contratual prevista nos artigos 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e 96 da Lei nº 14.133/2021.



4.4. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA deverá cumprir, além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, as seguintes responsabilidades:

- a) Publicar, em versão impressa e eletrônica, os pareceres urbanísticos e econômicos, termos de compromisso e de quitação das operações urbanas (2004–2016), bem como demais documentos de interesse da SEMURH;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato e para fins de pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c) Manter seus dados cadastrais atualizados perante a SEMURH;
- d) Assegurar a rastreabilidade das publicações realizadas, com registro de local, data, página e horário (quando se tratar de meio digital), além de fornecer os respectivos comprovantes formais de publicação;
 - d.1) Submeter previamente à SEMURH, para análise e aprovação, a versão diagramada ou prova de publicação do material encaminhado, antes de sua veiculação definitiva;
 - d.2) Eventuais ajustes ou correções solicitados pela SEMURH após a análise da prova de publicação deverão ser realizados pela CONTRATADA sem qualquer ônus adicional para a Administração, desde que não impliquem alteração substancial do conteúdo originalmente encaminhado;
 - d.3) Não será admitida alteração de layout, formatação ou dimensionamento que resulte em aumento da metragem de publicação ou do valor contratado sem prévia e expressa autorização da SEMURH.
- e) Corrigir, às suas expensas, quaisquer erros ou omissões em publicações, promovendo a republicação no mesmo veículo e com igual destaque;
- f) Cumprir integralmente os prazos de veiculação definidos pela SEMURH, observando a urgência e os prazos legais aplicáveis;
- g) Emitir nota fiscal/fatura referente aos serviços executados, apresentando-a à SEMURH para fins de ateste e pagamento;
- h) Relatar à SEMURH qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;
- i) Comunicar imediatamente à SEMURH eventual alteração de endereço, telefone ou e-mail de contato;
- j) Indicar formalmente preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- k) Responsabilizar-se integralmente pelos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e demais obrigações incidentes sobre a execução contratual;
- l) Manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, devendo atender tempestivamente às demandas do fiscal do contrato ou autoridade competente;
- m) Reconhecer que a indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada pela Administração, mediante justificativa, devendo a CONTRATADA designar outro representante quando solicitado;
- n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos da legislação aplicável, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados;
- o) Alocar os recursos humanos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, com qualificação e conhecimento adequados, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e demais meios necessários à execução dos serviços;
- p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da SEMURH ou de servidor responsável pela fiscalização ou gestão contratual, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- q) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional envolvida, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias decorrentes da execução do contrato;
- r) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela SEMURH ou por seus representantes, garantindo-lhes acesso às informações, registros e documentos relacionados à execução contratual;
- s) Paralisar, por determinação da SEMURH, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as boas práticas técnicas ou que represente risco a pessoas ou bens;
- t) Conduzir os serviços com estrita observância à legislação vigente e às determinações dos órgãos públicos competentes, mantendo condições adequadas de segurança, higiene e organização;



- u) Submeter previamente à SEMURH, por escrito, para análise e aprovação, quaisquer alterações de métodos operacionais ou procedimentos que se afastem das especificações previstas neste Termo de Referência;
- v) Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nem permitir trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;
- w) Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- x) Comprovar, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o cumprimento das reservas legais referidas no item anterior, indicando os empregados que ocupam tais vagas.

4.5. Obrigações da Contratante

4.5.1. A SEMURH se compromete a:

- a) Emitir notas de empenho e ordens de serviço para solicitações sob demanda;
- b) Atestar a nota fiscal/fatura após a comprovação das publicações realizadas;
- c) Encaminhar à CONTRATADA os documentos a serem publicados em formato definitivo e autorizar sua veiculação;
- d) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, conforme condições estabelecidas no contrato;
- e) Fornecer à CONTRATADA os dados e informações administrativas necessários à adequada execução dos serviços;
- f) Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, exigindo comprovação formal das publicações realizadas e adotando as medidas cabíveis em caso de falhas ou descumprimento;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção total ou parcial, às suas expensas;
- i) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação aplicável e neste instrumento contratual;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- k) Emitir decisão expressa sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem relevância para a boa execução contratual;
- k.1) A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre as solicitações mencionadas na alínea anterior, admitida prorrogação motivada por igual período;
- l) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando aplicável.

4.6. Da participação de consórcios e cooperativas

4.6.1. Não será permitida a participação de consórcios, considerando a natureza técnica e individualizada do objeto.

4.6.2. Não será permitida a participação de cooperativas, em razão da incompatibilidade do objeto com o regime jurídico dessas entidades.

4.7. Vigência do Contrato



4.7.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite decenal, desde que mantidas condições e preços vantajosos, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
4.7.2. Nos termos do art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021, o contrato será extinto, sem ônus, quando não houver disponibilidade de créditos orçamentários ou quando se tornar desvantajoso à Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação dos serviços possui natureza **contínua**, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º, XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, por se tratar de atividade essencial à manutenção da publicidade e transparência dos atos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH. Embora a contratação se dê por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento sob demanda, a necessidade é permanente e recorrente, exigindo que a contratada esteja apta a atender prontamente sempre que houver solicitações.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) **Início da execução:** no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato;
- b) **Métodos e rotinas:** publicações realizadas sob demanda, mediante solicitações da SEMURH;
- c) **Prazos:** a publicação dos documentos deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após a solicitação da SEMURH, enviada por e-mail institucional;
- d) **Envio de conteúdo:** os textos (pareceres urbanísticos, termos, extratos e demais documentos administrativos) serão enviados em formato definitivo pela SEMURH;
- e) **Formatação:** caberá à contratada ajustar a diagramação para adequação ao veículo de comunicação, sem gerar custos adicionais em caso de alteração de padrão, caso a contratada altere a formatação para um padrão de maior custo, não será admitido acréscimo de valores a SEMURH.;
- f) **Frequência:** a periodicidade das publicações será determinada exclusivamente pela SEMURH, conforme sua necessidade e o fluxo processual.

5.3. Modelo de execução do contrato:

- 5.3.1. A contratação será formalizada por meio de **Contrato Administrativo**;
- 5.3.2. O objeto será fornecido de forma contínua e sob demanda, até o limite previsto no contrato, cabendo à contratada aceitar acréscimos ou supressões de até 25%, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.3.3. A execução será **remota**, com comunicações e solicitações feitas por e-mail institucional;
- 5.3.4. A contratada deverá manter **canal exclusivo de comunicação** com a SEMURH;
- 5.3.5. As publicações deverão ser realizadas em até 1 (um) dia útil após o recebimento da solicitação;
- 5.3.6. Os textos enviados serão de responsabilidade da SEMURH e deverão ser respeitados em sua íntegra, salvo ajustes formais de diagramação;
- 5.3.7. As publicações deverão ocorrer em jornais de grande circulação estadual ou regional, em versões impressa e digital;
- 5.3.8. A contratada deverá verificar e corrigir inconsistências formais (formatação, ortografia), comunicando previamente à SEMURH antes da publicação;
- 5.3.9. A contratada deverá disponibilizar, em até 1 (um) dia útil após a veiculação:
 - Cópia digital em PDF da página publicada;
 - Link direto da publicação (quando houver versão digital);
 - Comprovante de circulação do jornal (quando solicitado).
- 5.3.10. A fiscalização será feita por servidor designado pela SEMURH, que poderá rejeitar publicações em desacordo;
- 5.3.11. A contratada deverá manter registro atualizado de todas as publicações por **mínimo de 5 (cinco) anos**, para fins de controle e auditoria;



5.3.12. Alterações excepcionais (ex.: mudança de veículo de comunicação) deverão ser autorizadas previamente pela SEMURH;

5.3.13. Em caso de descumprimento de prazos ou padrões, a contratada estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.4. Condições de entrega:

5.4.1. A entrega do serviço não implicará aceitação definitiva, que dependerá da verificação pelo fiscal do contrato;

5.4.2. A aceitação definitiva será formalizada em até 5 (cinco) dias após a publicação;

5.4.3. O ateste será feito na Nota Fiscal/Fatura e encaminhado ao setor financeiro para pagamento;

5.4.4. Em caso de não conformidade, a publicação deverá ser corrigida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus para a Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas das Leis nº 14.133/2021, nº 13.709/2018 (LGPD), nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos Municipais nº 60.155/2024 e nº 60.157/2024, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a SEMURH e a contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, para esse fim, e-mail institucional e, em caráter subsidiário, outros meios eletrônicos de comunicação, desde que comprovados o envio e o recebimento.

6.4. A SEMURH poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a SEMURH poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, a fim de apresentar o plano de fiscalização, esclarecer obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, métodos de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

6.6. Fiscalização

6.6.1. O fiscal do contrato será responsável por acompanhar sua execução, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e garantindo os melhores resultados para a Administração.

6.6.2. Compete ao fiscal verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira, incluindo empenhos, pagamentos, glosas, apostilamentos e aditivos.

6.6.3. Todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas no histórico do contrato, com a descrição das providências adotadas para a regularização de falhas ou defeitos identificados.

6.6.4. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal notificará a contratada para correção, e, se necessário, comunicará ao gestor do contrato para adoção de medidas adicionais.

6.6.5. O fiscal deverá comunicar ao gestor do contrato, com antecedência, o término da vigência contratual, a fim de viabilizar eventual renovação ou prorrogação.

6.6.6. A fiscalização não afasta a responsabilidade integral da contratada por falhas ou irregularidades, inclusive perante terceiros, mesmo que decorrentes de vícios ocultos ou imperfeições técnicas.

6.7. Gestão

6.7.1. Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, elaborando relatórios e avaliando a necessidade de adequações.

6.7.2. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal e adotar medidas cabíveis, informando à autoridade superior quando ultrapassarem sua competência.



- 6.7.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento.
- 6.7.4. Emitir documento comprobatório das avaliações realizadas pelos fiscais técnico e administrativo, mencionando desempenho da contratada, cumprimento de obrigações e eventuais penalidades aplicadas.
- 6.7.5. Tomar providências para a formalização de processos de responsabilização e aplicação de sanções, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.6. Elaborar relatório final sobre a execução do contrato, indicando se os objetivos que justificaram a contratação foram atingidos.
- 6.7.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

6.8. Glosas

- 6.8.1. A SEMURH poderá aplicar glosas, descontando valores correspondentes aos serviços não executados ou executados de forma inadequada, nos seguintes casos:
- a) Falha na execução em conformidade com as especificações;
 - b) Atrasos injustificados no cumprimento dos prazos de publicação;
 - c) Publicações não conformes com as normas legais, jurisprudenciais ou de qualidade editorial exigida.

7. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1.** As partes deverão observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) quanto a todos os dados pessoais eventualmente acessados no âmbito do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração expressa.
- 7.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram o seu acesso, observando a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3.** É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses legalmente autorizadas.
- 7.4.** A contratada deverá comunicar à SEMURH, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a celebração de contratos de suboperação que envolvam tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto.
- 7.5.** Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, a contratada deverá eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da mesma Lei, especialmente quando houver obrigação legal ou contratual de guarda, durante o período necessário à comprovação.
- 7.6.** A contratada deverá promover a orientação e capacitação de seus empregados quanto às responsabilidades e deveres relacionados à LGPD.
- 7.7.** A SEMURH poderá realizar diligências para verificar o cumprimento desta cláusula, devendo a contratada atender prontamente aos pedidos de comprovação.
- 7.8.** A contratada deverá fornecer, no prazo fixado pela SEMURH, quaisquer informações solicitadas acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.9.** Bancos de dados formados a partir da execução contratual, quando envolverem dados pessoais, deverão ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de todos os acessos (art. 37 da LGPD), incluindo data, horário e finalidade.
- 7.10.** Os bancos de dados deverão ser desenvolvidos, sempre que aplicável, em formato interoperável, de forma a garantir a possibilidade de utilização pela Administração, nos termos da LGPD.
- 7.11.** O contrato poderá ser alterado para adequação às orientações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, especialmente mediante pareceres técnicos ou recomendações oficiais.
- 7.12.** Os contratos e convênios referidos no §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à ANPD, sempre que envolverem compartilhamento de dados pessoais.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- i) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta.

8.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima as seguintes sanções:

- I. **Advertência** – para inexecução parcial, quando não justificar penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar** – para condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando não justificar penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);
- III. **Declaração de inidoneidade** – para condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando configurada gravidade suficiente (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

V. **Multas:**

- a) **Moratória:** 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- a.1. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a rescisão contratual por descumprimento (art. 137, I, Lei nº 14.133/2021);

- b) **Compensatória:** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total.

8.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação, será assegurado contraditório e ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação (art. 157).

8.6. Caso as multas e indenizações superem valores devidos pela SEMURH, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente em até 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

8.8. A aplicação das sanções observará processo administrativo nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Na aplicação, serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e gravidade da infração;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) danos causados à Administração;
- e) existência de programa de integridade implementado.

8.10. Infrações tipificadas na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.846/2013 serão apuradas conjuntamente, nos mesmos autos (art. 159).

8.11. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica quando esta for utilizada para dissimular ilícitos ou confundir patrimônio, estendendo-se sanções a administradores, sócios ou empresas coligadas, observando contraditório e ampla defesa (art. 160).

8.12. A SEMURH, em até 15 (quinze) dias úteis após aplicação de sanção, informará e atualizará os registros no CEIS e CNEP, conforme art. 161.



8.13. As sanções de impedimento e inidoneidade poderão ser reabilitadas nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Débitos da CONTRATADA poderão ser compensados com créditos que esta possua junto à SEMURH, inclusive em outros contratos administrativos.

9. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. Embora o objeto contratual não envolva fornecimento de bens materiais ou equipamentos físicos, entende-se como assistência técnica, neste caso, o **suporte operacional e editorial** necessário à correta veiculação dos documentos fornecidos pela SEMURH, em conformidade com os prazos e especificações estabelecidos.

9.2. A contratada deverá garantir suporte contínuo e ágil durante todo o período de vigência do contrato, por meio de canais específicos (e-mail institucional, aplicativo de mensagens instantâneas, telefone ou SMS, desde que comprovado o envio e recebimento), assegurando:

- Atendimento a dúvidas operacionais relacionadas ao processo de publicação;
- Suporte quanto a prazos e procedimentos de veiculação;
- Verificação e correção de inconsistências formais nas publicações;
- Reenvio de comprovantes ou republicação em caso de erros, sem custo adicional para a Administração.

9.3. A contratada deverá indicar formalmente um(a) responsável técnico(a) ou equipe dedicada ao atendimento da SEMURH, com disponibilidade para atuação em horário comercial (segunda a sexta-feira), e, excepcionalmente, em finais de semana ou feriados, quando houver necessidade urgente devidamente comunicada.

9.4. Qualquer problema identificado pela SEMURH — como atraso, divergência de conteúdo, falha de veiculação ou ausência de publicação — deverá ser solucionado pela contratada no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a notificação, sem ônus adicional para a Administração.

9.5. A ausência de atendimento ou a reincidência de falhas na veiculação das publicações, mesmo após solicitação de correção, poderá ensejar:

- Glosa dos valores devidos;
- Aplicação de penalidades contratuais;
- Em último caso, rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado sob demanda da SEMURH, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal designado, que deverá comprovar a efetiva realização e entrega das publicações.

10.2. O pagamento será realizado com base nas publicações efetivamente executadas, após comprovação da veiculação e aceitação pela SEMURH, mediante:

- Nota Fiscal/Fatura discriminatória;
- Relatório técnico contendo data, veículo, centimetragem publicada e comprovação digital (PDF/link) ou física, quando aplicável.

10.3. Serão aplicadas **retenções ou glosas** no pagamento proporcional ao serviço irregular, nas seguintes hipóteses:

- a) não produção dos resultados acordados (ex.: publicação não realizada ou fora do prazo);
- b) execução em desacordo com a qualidade mínima exigida;
- c) ausência de comprovação das publicações nos formatos previstos.

10.4. O pagamento estará condicionado à **regularidade fiscal da empresa**, mediante apresentação de:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminatória, atestada pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF);
- c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



10.5. Caso a Nota Fiscal/Fatura seja rejeitada, será devolvida à contratada com as devidas justificativas para correção, reiniciando-se o prazo de pagamento somente após a regularização.

10.6. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou de pendências jurídicas, financeiras ou administrativas que impeçam a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto a contratada estiver inadimplente em relação a obrigações contratuais ou legais.

10.8. O pagamento poderá ser reduzido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, quando a contratada:

- deixar de executar as publicações solicitadas;
- não cumprir os prazos legais/judiciais;
- não apresentar a comprovação nos padrões exigidos.

10.9. A SEMURH não se responsabilizará por quaisquer despesas realizadas pela contratada que não tenham sido previamente autorizadas no contrato.

10.10. Em caso de atraso de pagamento, desde que não tenha havido culpa da contratada, será devida compensação financeira calculada pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias em atraso;
- VP = Valor da parcela a ser paga;
- I = Índice de compensação = 0,00016438 (equivalente a 6% ao ano).

10.11. A SEMURH poderá deduzir dos valores a pagar os montantes correspondentes a multas, glosas ou indenizações devidas pela contratada.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados serão **fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses**, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração.

11.2. Após o período de 12 (doze) meses, desde que comprovada a efetiva variação dos custos de produção, a pedido da contratada, os preços poderão ser reajustados pela SEMURH com base no **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sob pena de preclusão.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação oficial do índice de reajuste, a SEMURH aplicará a última variação conhecida, liquidando posteriormente a diferença quando houver publicação do índice definitivo.

11.5. Para fins de reajuste contratual, somente serão considerados os índices definitivos divulgados oficialmente, não se admitindo valores preliminares ou estimativos.

11.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice previsto, será adotado o substituto determinado pela legislação em vigor.

11.7. Na ausência de definição legal sobre índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajuste, mediante termo aditivo, observando critérios de razoabilidade e transparência.

11.8. O reajuste será formalizado por **termo de apostilamento** no processo administrativo, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Da modalidade de contratação



12.1.1. A licitação deverá ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto e fechado, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 46, §3º do Decreto Municipal nº 60.155/2024, visando à formalização de Ata de Registro de Preços para futuras contratações, conforme art. 1º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.157/2024.

12.1.2. A adoção dessa modalidade é adequada, pois o objeto possui padrões de qualidade e desempenho passíveis de definição objetiva no edital, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o art. 29 da Lei nº 14.133/2021 e art. 12 do Decreto Municipal nº 60.155/2024.

12.2. Do critério de julgamento

12.2.1. O critério de julgamento será o **menor preço por centímetro/coluna publicado**, considerando a demanda sob responsabilidade da SEMURH, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 12, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 60.157/2024.

12.3. Forma de execução

12.3.1. A execução do objeto será realizada **sob demanda**, de forma parcelada ao longo da vigência do contrato, em conformidade com as necessidades da SEMURH e o fluxo de publicações institucionais, judiciais e urbanísticas.

12.3.2. Cada solicitação de publicação será formalizada por ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo as especificações do material a ser veiculado e os prazos correspondentes.

13. DA PROPOSTA

13.3.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito o licitante, bem como quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto contratado.

13.3.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante ou em meio eletrônico oficial, contendo, no mínimo:

- CNPJ;
- endereço completo;
- telefone e e-mail para contato;
- identificação do licitante;
- descrição clara dos serviços ofertados;
- assinatura de sócio, diretor, administrador, procurador ou responsável legal, com indicação de nome completo, cargo/função, CPF e número do documento de identidade.

13.3.2.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

13.3.3. Para fins de padronização e comparação das propostas, os valores deverão ser apresentados considerando a unidade de medida **centímetro por coluna (cm/col)**, conforme prática usual do mercado editorial para publicação de atos oficiais em jornais.

13.3.3.1. A métrica de **centímetro por coluna (cm/col)** corresponde à área ocupada pela publicação no veículo impresso ou digital, calculada a partir da altura do texto em centímetros multiplicada pela largura padrão da coluna editorial do veículo de comunicação.

13.3.3.2. Considerando que cada veículo de comunicação pode possuir formatação própria de diagramação, caberá à contratada aplicar seu layout editorial padrão, garantindo que o cálculo do espaço publicado observe proporcionalidade e transparência na aferição do espaço utilizado.

13.3.4. A proposta deverá conter, no mínimo:

a) valor unitário por centímetro/coluna para publicação em jornal de grande circulação de abrangência estadual;



- b) valor unitário por centímetro/coluna para publicação em jornal de grande circulação de abrangência nacional, quando aplicável;
- c) indicação, quando possível, dos veículos de comunicação habitualmente utilizados para a prestação do serviço, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros veículos equivalentes durante a execução contratual;
- d) eventual diferenciação de valores para publicações realizadas em finais de semana ou feriados, quando houver.

13.3.5. A comprovação de circulação, tiragem ou alcance do veículo de comunicação poderá ser exigida pela Administração **na fase de habilitação ou durante a execução contratual**, por meio de documentos idôneos, tais como certificações, relatórios de circulação, auditorias independentes ou outros meios equivalentes, observando-se o princípio da ampla competitividade.

13.3.6. Os preços propostos deverão ser expressos em moeda corrente nacional (R\$), com valores fixos, completos e abrangentes, incluindo todos os encargos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços.

13.3.7. O instrumento de procuração deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em cartório) ou instrumento particular com firma reconhecida em cartório, ou por meio de assinatura digital válida emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

13.3.8. Serão desclassificadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, as propostas que:

13.3.8.1. contiverem vícios insanáveis;

13.3.8.2. não atenderem às especificações técnicas do instrumento convocatório;

13.3.8.3. apresentarem preços inexequíveis ou superiores ao orçamento estimado para a contratação;

13.3.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.3.8.5. apresentarem desconformidade insanável com quaisquer exigências do instrumento convocatório.

13.3.8.6. Não será exigida a apresentação de prova de conceito (PoC) nesta contratação.

13.3.9. A adjudicação do objeto será realizada com base na **proposta mais vantajosa para a Administração**, considerando o critério de **menor preço por centímetro/coluna publicado**, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e legais previstos no edital e neste Termo de Referência.

14. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DA COTA RESERVADA PARA ME/EPP

14.1. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, que prevê tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), avalia-se que, no caso da presente contratação, **não é possível a adoção de cota reservada ou exclusiva** para esses segmentos.

14.2. O objeto da contratação refere-se à **publicação oficial de pareceres técnicos, termos de compromisso e quitação relativos às Operações Urbanas (2004–2016), além de outros documentos da gestão da SEMURH**, em atendimento a obrigações legais e judiciais. Trata-se de serviço contínuo, com **exigência de alta confiabilidade, padronização e celeridade (até 1 dia útil)**, que demanda integração operacional entre a SEMURH e o veículo contratado.

14.3. A execução requer da contratada a capacidade de:

- disponibilizar canal exclusivo para recebimento e confirmação das solicitações;
- realizar editoração, formatação e veiculação das publicações em jornais de **grande circulação física e digital**;
- fornecer comprovantes oficiais (PDF, link digital, relatório de tiragem ou exemplar físico), dentro dos prazos estabelecidos;
- manter registros e relatórios organizados por até **5 (cinco) anos**;
- garantir rastreabilidade, controle de qualidade e atendimento a fiscalizações internas e externas.



14.4. Diante dessa complexidade técnica e da natureza especializada do serviço, a adoção de cotas exclusivas ou reservadas **comprometeria a economicidade, a padronização e a segurança jurídica**, além de ampliar riscos de perda de prazos judiciais e administrativos. A fragmentação ou a execução por empresas sem capacidade instalada adequada geraria prejuízo direto ao Município.

14.5. Ressalta-se, entretanto, que a participação de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** será plenamente admitida, desde que atendam integralmente às exigências editalícias.

Todavia, fica **vedada a participação de Microempreendedores Individuais (MEI)**, em razão da incompatibilidade entre o objeto (publicidade oficial em veículos de grande circulação) e o regime jurídico e limitações do MEI, que não comporta atividades de natureza jornalística/editorial de alta complexidade.

15. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Habilitação Jurídica

15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.2. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP): declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que se enquadra nos limites e condições da norma, acompanhada de comprovante de opção pelo Simples Nacional ou documento oficial da Receita Federal ou Junta Comercial;

15.1.3. No caso de sociedades empresárias (inclusive SLU e EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, com prova da designação dos administradores;

15.1.4. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com prova dos administradores;

15.1.5. No caso de sociedades por ações: estatuto ou contrato social em vigor, registrado, acompanhado da ata de eleição de seus administradores;

15.1.6. Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro para funcionamento, expedido pelo órgão competente;

15.1.7. Todos os documentos deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação.

15.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

15.2.1. Prova de inscrição no CNPJ;

15.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos da Receita Federal e Dívida Ativa da União;

15.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

15.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, pertinente ao objeto;

15.2.6. Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa da Fazenda Estadual e Municipal (incluindo Dívida Ativa);

15.2.7. Caso isenta de tributos estaduais ou municipais, declaração formal da Fazenda competente;

15.2.8. ME/EPP vencedora deverá apresentar toda a documentação fiscal, mesmo com restrições, sob pena de inabilitação (art. 64, §1º, Lei 14.133/2021).

15.3. Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial/extrajudicial ou execução patrimonial, expedida até 60 (sessenta) dias antes da sessão pública;

15.3.2. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 últimos exercícios, salvo constituição inferior a 2 anos;

15.4. Qualificação Técnica



- 15.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na **publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação**;
- 5.4.2. O atestado deverá conter identificação do responsável legal e dados da entidade emissora;
- 15.4.3. Disponibilizar, quando solicitado, documentos comprobatórios da veracidade dos atestados;
- 15.4.4. Apresentar as seguintes declarações (art. 63 da Lei 14.133/2021):
- a) De que atende aos requisitos de habilitação;
 - b) De que cumpre a reserva legal de cargos para PCDs e reabilitados da Previdência;
 - c) De que a proposta econômica cobre integralmente encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais.

16. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA, BEM COMO OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS RESPECTIVOS CÁLCULOS

16.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser contratado, foram considerados os parâmetros técnicos constantes no **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** que embasou o **Plano de Contratações Anual – PCA 2025**, bem como a análise de contratações similares já realizadas pela Administração.

16.1.1. O levantamento de necessidades identificou a obrigação da Prefeitura de São Luís, por meio da SEMURH, de realizar publicações referentes a:

- Pareceres urbanísticos e econômicos;
- Termos de compromisso e de quitação relacionados às operações urbanas aprovadas entre 2004 e 2016;
- Documentos administrativos e institucionais decorrentes de obrigações legais e judiciais (sentença nº 0807193-84.2017.8.10.0001).

16.1.2. Com base nesses parâmetros, foi projetado o quantitativo máximo de **7.740 (sete mil setecentos e quarenta) centímetros por coluna**, considerando a média histórica de publicações e a necessidade de assegurar margem adequada para cumprimento integral das obrigações.

16.1.3. As estimativas representam a **necessidade máxima de consumo**, não havendo possibilidade de fixar quantitativo mínimo, uma vez que é provável a utilização da totalidade da quantidade prevista. Para fins de planejamento e execução orçamentária, considera-se a necessidade de atendimento integral de **100% (cem por cento) do quantitativo solicitado**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE
1	Publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação tais como: publicação oficial de documentos urbanísticos e institucionais, incluindo pareceres técnicos, termos de compromisso e de quitação relativos às Operações Urbanas, entre outros. JORNAIS DE ÂMBITO ESTADUAL/REGIONAL	Centímetro por coluna	4227	7.740

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 27, incisos I e IV, do Decreto Municipal nº 60.157/2024, tendo em vista a natureza do objeto — **prestação de serviços de publicação de pareceres, termos e documentos administrativos da SEMURH em jornal de grande circulação** — que se caracteriza como demanda contínua, sazonal e de volume variável ao longo do exercício.

17.2. A adoção do SRP revela-se a forma mais conveniente e eficiente de contratação, pois possibilita à Administração:



- 17.2.1. atender sob demanda às necessidades da SEMURH, em conformidade com a sentença judicial nº 0807193-84.2017.8.10.0001 e com o art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992;
 - 17.2.2. garantir maior economicidade e previsibilidade orçamentária;
 - 17.2.3. assegurar flexibilidade na gestão, sem comprometer a publicidade, a legalidade e a transparência das publicações obrigatórias;
 - 17.2.4. evitar a necessidade de realização de sucessivas licitações para demandas pontuais, otimizando a eficiência administrativa.
- 17.3.** Ressalta-se que os quantitativos constantes deste Termo de Referência correspondem à **necessidade máxima estimada para o período**, calculada com base no histórico de publicações e no fluxo projetado de documentos a serem divulgados. Considerando o caráter permanente e obrigatório da demanda, bem como os prazos legais a serem observados, é altamente provável a utilização integral da quantidade registrada. Por essa razão, estabelece-se o quantitativo mínimo de **100% (cem por cento)** do valor estimado, a fim de assegurar o cumprimento tempestivo das obrigações legais e judiciais.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1.** O objeto será recebido **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega dos comprovantes de publicação e da apresentação da nota fiscal, pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato, a fim de possibilitar posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.
- 18.2.** A publicação poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso esteja em desacordo com as especificações ou com o conteúdo encaminhado pela SEMURH. Nessa hipótese, a contratada deverá providenciar a republicação ou substituição no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 18.3.** O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da entrega da nota fiscal, mediante verificação da conformidade das publicações realizadas com o conteúdo fornecido pela SEMURH e com os requisitos técnicos estabelecidos, sendo formalizado por termo detalhado.
- 18.4.** O prazo do recebimento definitivo poderá ser **prorrogado, de forma justificada**, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais para a aferição do cumprimento das obrigações contratuais.
- 18.5.** Nos casos em que houver controvérsia sobre a execução do objeto (dimensão, conteúdo, formato ou prazo), aplicar-se-á o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, permitindo-se o pagamento proporcional da parcela incontroversa, até a regularização da pendência.
- 18.6.** O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução ou de correção de documentos fiscais não será computado para fins do recebimento definitivo.
- 18.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a **responsabilidade civil, administrativa ou ético-profissional** da contratada pela fiel execução do objeto, tampouco a responsabilização por eventuais falhas, omissões ou danos decorrentes de publicações irregulares ou intempestivas.

19. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 19.1.** O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, de forma formal, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA incorrer em:
- 19.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias, cláusulas contratuais, especificações técnicas ou prazos;
 - 19.1.2. Desatendimento às determinações regulares dos fiscais ou gestores designados;
 - 19.1.3. Alteração social, fusão, cisão ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar o objeto;
 - 19.1.4. Decretação de falência, recuperação judicial, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do(s) sócio(s) que comprometam a execução do contrato;
 - 19.1.5. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução;
 - 19.1.6. Razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;



19.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos, conforme previsto em lei, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz.

19.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

19.2.1. Supressão, pela Administração, que acarrete redução superior ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

19.2.2. Suspensão da execução, por ordem da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses consecutivos;

19.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, ainda que não consecutivos;

19.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses no pagamento das obrigações, contado da data de apresentação da nota fiscal, desde que não decorrente de falhas da própria contratada.

19.3. A extinção do contrato poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

19.3.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas em lei, exceto se o descumprimento decorrer de sua própria conduta;

19.3.2. Por acordo entre as partes, mediante conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que respeitado o interesse público;

19.3.3. Por decisão arbitral, se houver cláusula compromissória, ou por decisão judicial.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH**, no ato da formalização do instrumento contratual, por se tratar de licitação realizada sob a sistemática do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 33, §2º, do Decreto Municipal nº 60.157/2024.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 328.950,00** (trezentos e vinte e oito mil e novecentos e cinquenta reais), conforme apurado a partir da pesquisa de preços anexada e consolidada no Estudo Técnico Preliminar.

22. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22.1. Toda e qualquer alteração contratual deverá ser formalizada por meio de **Termo Aditivo**, em conformidade com os artigos 124 a 132 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

22.3. Alterações contratuais deverão ser submetidas previamente à **assessoria jurídica da CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de efeitos, hipótese em que o termo aditivo deverá ser formalizado em até 1 (um) mês.

22.4. Registros que não caracterizem alteração do contrato poderão ser realizados por **apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

23. DO FORO

23.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o **Foro da Comarca de São Luís/MA**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24. DOS APÊNDICES

24.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins:

- **APÊNDICE I** – Pesquisa de Preços;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO



- **APÊNDICE II** – Estudo Técnico Preliminar;
- **APÊNDICE III** – Planilha Descritiva e Orçamentária.

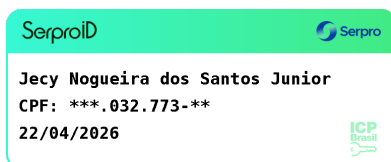
São Luís - MA, 22 de abril de 2026

Elaborado por:



Documento assinado digitalmente
ELIANE DINIZ DA SILVA
Data: 22/04/2026 12:07:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ELIANE DINIZ DA SILVA
Chefe da Assessoria Técnica



JECY NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
Superintendente de Apoio Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.027/2026/ – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____ com sede na _____, neste ato representada pelo (a) Srº _____, RG nº _____ e CPF nº _____, e-mail _____, telefone/WhatsApp _____, interessada na _____, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à _____, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	XXXXXXXXXX XXXXXXXX		centímetro por coluna (cm/col)	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXX
(...)						
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						XXXXX

1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____);
2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: de acordo com o *Termo de Referência*;
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme *Termo de Referência*;
4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:
5. DADOS BANCÁRIOS:
 - Banco:
 - Código:
 - Agência:
 - Conta Corrente:
 - CPF/CNPJ:
 - Nome/Razão Social:
6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:
 - Nome completo:
 - Endereço:
 - RG / CPF:
 - Cargo / Função:
 - Telefone/WhatsApp (atualizado):
 - E-mail (atualizado):

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Representante Legal da Empresa



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/20XX
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.027/2026/CPL/PMSL

Processo Administrativo SEI nº 19101.004600/2025.

Órgão Gerenciador: Central Permanente de Licitação do Município de São Luís - MA.

Órgão(s) Participante(s): _____

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, instituição criada e constituída nos termos da Lei nº 4.537, de 16 de novembro de 2005, com sede na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, neste ato representada pela Presidente, a **Srª. Silvana Carla Costa dos Santos**, inscrita no CPF Nº 488.045.843-00, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.027/2026/CPL/PMSL** e a respectiva homologação, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa beneficiária indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais nº **60.155/2024**, de 09 de fevereiro de 2024 e **62.276/2026** de 20 de fevereiro de 2026, alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para para atender as necessidades da, especificados nos itens do **Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico - SRP nº 90.027/2026/CPL/PMSL** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DO BENEFICIÁRIO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O beneficiário, os preços registrados, os quantitativos e as especificações do objeto da licitação referente a proposta de preços da beneficiária desta Ata, estão registrados conforme segue:

EMPRESA BENEFICIÁRIA:	
CNPJ Nº	PORTE:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

TELEFONE: .	E-MAIL:
ENDEREÇO:	
VALOR TOTAL: R\$	
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG Nº:	CPF:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
		centímetro por coluna (cm/col)			

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a Central Permanente de Licitações do Município de São Luís – MA.

3.2. Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação - SEMURH, é o único órgão participante do Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 4.1**.

4.6. Dos limites para as adesões.

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **subitem 4.6.2**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.7. Da vedação a acréscimos de quantitativos

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do art. 20, do Decreto Municipal 62.276/2026.

5. DA VALIDADE E DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o **subitem 5.3** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o **subitem 5.5.1** tem por objetivo o registro dos licitantes remanescentes para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes remanescentes somente será efetuada quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no Edital*; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

5.13.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, sem prejuízo à tentativa de negociação para redução de preços, para assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **subitem 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **subitem 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **subitem 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 7.2 e no subitem 7.2.1**, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

8.2.2. De órgão participante para órgão não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **subitem 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 41, inciso III, do Decreto nº 62.276/2026.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **subitens 9.1.1., 9.1.2., 9.1.3. e 9.1.4** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. A ARP será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

9.5.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

9.5.2. Pelo esgotamento do saldo quantitativo registrado;

9.5.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.5.4. Por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução de obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

9.5.5. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.5.5.1. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.5.2. O cancelamento do registro de preços por fatos previstos no inc. IV deste artigo poderá ocorrer a pedido do fornecedor, desde que apresentadas as justificativas e provas das alegações.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO I AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís – MA, na data da assinatura eletrônica.

Silvana Carla Costa dos Santos
Presidente da CPL

Beneficiário



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, 06.307.102/0001-30



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo possui previsão no plano de contratações anual elaborado na Organização para o exercício 2026.

ID PCA 2026 – PNCP: 06307102000130-0-000003/2026 / ITEM 17 / 47 - Serviço de Publicações Oficiais



Equipe de Planejamento

Eliane Diniz da Silva, Thais Maria Viana Alcoforado de Almeida, Marcelo Givoni de Moraes Rego, Jecy Nogueira dos Santos Junior, Eder Silvanilson Silva



Problema Resumido

A presente demanda tem por finalidade a contratação de empresa jornalística de grande circulação, com atuação no Estado do Maranhão, para publicação oficial de documentos e informações urbanísticas, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001, movido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão contra o Município de São Luís. A sentença impôs ao Município a obrigação de divulgar, por meio de veículos de grande circulação, todos os pareceres urbanísticos e econômicos das operações urbanas aprovadas entre os anos de 2004 e 2016, bem como seus respectivos termos de compromisso e de quitação, em conformidade com o art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda da Prefeitura Municipal de São Luís, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, refere-se à necessidade de contratação de uma empresa jornalística de grande circulação, com atuação no Estado do Maranhão, para a publicação oficial de documentos e informações urbanísticas. Esta necessidade surge em decorrência da decisão judicial transitada em julgado no processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001, onde o Ministério Público do Estado do Maranhão instaurou ação contra o Município. A sentença judicial impõe ao Município a obrigação de divulgação ampla de pareceres urbanísticos e econômicos vinculados a operações urbanas aprovadas entre 2004 e 2016, assim como seus termos de compromisso e quitação.



A necessidade de cumprimento dessa ordem judicial é essencial, pois ela assegura transparência e publicidade das informações urbanísticas, que são de interesse direto da população e dos diversos segmentos sociais que atuam na área urbana da cidade. A correta e tempestiva divulgação desses dados possibilita que os cidadãos tenham acesso a informações relevantes sobre as operações urbanas realizadas, promovendo um ambiente de maior clareza e controle social sobre os processos de gestão urbana.

Além disso, a contratação de um veículo de comunicação de grande circulação se justifica pela alta visibilidade e alcance necessário para garantir que a informação chegue efetivamente à sociedade. É fundamental que a publicidade seja realizada em meios reconhecidos e amplamente acessíveis, para assegurar que a informação cumpra seu papel de informar os cidadãos sobre questões de relevância pública, fomentando a participação e o diálogo social a respeito das políticas urbanas.

Assim, a contratação proposta não apenas atende a uma exigência judicial, mas também se alinha aos princípios de transparência e responsabilidade na gestão pública, refletindo um comprometimento da administração municipal em respeitar e implementar decisões judiciais, fortalecendo a confiança da população nas instituições. O atendimento a essa demanda é, portanto, uma medida crucial para a promoção do interesse público e para a construção de um espaço urbano mais informado e participativo.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Considerando a importância da adequada divulgação de informações públicas e a necessidade de cumprir os requisitos legais estabelecidos para a contratação de serviços de publicidade, é fundamental estabelecer requisitos claros e precisos para o Estudo Técnico Preliminar (ETP). Este documento serve como base para a definição dos parâmetros e procedimentos a serem seguidos na contratação de empresa especializada para realizar tais serviços.

A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada no ramo, de acordo com as características dos documentos e demais exigências do processo administrativo.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO – SEMURH

Da execução dos serviços

A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada no ramo de comunicação e publicação oficial, de acordo com as especificações e requisitos técnicos a seguir:

a) Meio e validação da publicação: As publicações deverão ser realizadas obrigatoriamente em jornal de grande circulação, com veiculação diária ou, no mínimo 3 (três) vezes por semana, de segunda a sexta-feira, disponíveis tanto em plataformas digitais quanto na via impressa.



- b) Cobrança dos serviços: Os serviços prestados serão cobrados mensalmente, considerando a quantidade de centímetros (cm) publicados, conforme parâmetros definidos para a contratação, cujo local de veiculação deverá ter grande visibilidade e ser previamente validado com a SEMURH.
- c) Contato do responsável pelas publicações: A empresa contratada deverá disponibilizar para a SEMURH contato imediato (telefone/e-mail) do responsável pelas publicações.
- d) Prazo para publicação: A publicação deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encaminhamento pela SEMURH, exceto se este ocorrer após o horário de fechamento da edição, hipótese em que será realizada no dia útil subsequente.
- e) Fornecimento da publicação: No mesmo dia da veiculação, a contratada deverá encaminhar por e-mail institucional ao solicitante os comprovantes da publicação, sem custo adicional.
- Para publicações digitais: envio em PDF contendo captura da página, URL de acesso, data e horário de veiculação, seção e página.
 - Para publicações impressas: envio em PDF contendo o nome do jornal, número da edição, data de circulação e tiragem. Quando solicitado, deverá ser apresentado o exemplar original ou cópia autenticada.
- f) Notificação de erros e não conformidades: A contratada deverá informar imediatamente à SEMURH qualquer erro identificado no conteúdo recebido, para correção antes da publicação.
- g) Relatório de prestação de serviços: Encaminhar mensalmente relatório detalhado das publicações realizadas, contendo quantidade de centímetros publicados, datas e identificação dos pareceres, termos ou documentos publicados.
- h) Padrão de Publicação: As publicações deverão utilizar fonte legível (mínimo corpo 10), em preto, sobre fundo branco, conforme recomendações da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e diretrizes legais pertinentes. Nos meios digitais, deverão estar em seção de fácil acesso ao público, com identificação clara e permanente. Nos meios impressos, a veiculação deverá ocorrer em página de conteúdo institucional ou equivalente, vedada a publicação em classificados ou seções de baixa visibilidade.
- i) Modelo de Publicação: O modelo da publicação compreenderá resumos técnicos, extratos de pareceres, termos e documentos relacionados às operações urbanas aprovadas entre 2004 e 2016, bem como documentos da gestão, assegurando a publicidade e a transparência exigidas pela legislação aplicável.
- j) Caso a contratada altere a formatação para um padrão de maior custo, não será admitido acréscimo de valores a SEMURH.
- l) A unidade de medição será cm/coluna (1cm por coluna).



Do veículo de comunicação

O jornal a ser contratado deverá:

- a) Ser registrado como empresa jornalística, constituída nos termos do art. 222 da Constituição Federal, c/c art. 1.150 do Código Civil, Lei nº 10.610/2002, Lei nº 6.015/1973 e art. 3º, §1º do Decreto Federal nº 83.284/1979.
- b) Ser editado, distribuído e atualizado regularmente.
- c) Manter redação jornalística com princípios editoriais claros.
- d) Ter expediente com identificação dos responsáveis (diretor/editor), razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.
- e) Identificar conteúdos patrocinados.
- f) Observar a Lei nº 8.639/1993 quanto ao uso de caracteres nas publicações obrigatórias.
- g) Garantir regularidade na prestação dos serviços, incluindo finais de semana e feriados, sempre que necessário.
- h) Assegurar fidelidade ao conteúdo enviado pela SEMURH, permitindo correção prévia antes da veiculação.
- i) Informar antecipadamente eventual impossibilidade de veiculação por motivo excepcional (ex.: feriados).

Da natureza da contratação

Conforme art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021, trata-se de contratação de natureza contínua, por se referir a serviços indispensáveis à publicidade oficial dos atos administrativos da SEMURH, de caráter permanente.

Do padrão de qualidade dos serviços

Nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto enquadra-se como serviço comum, por possuir padrões de qualidade e desempenho definíveis objetivamente.

Da duração do contrato

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, conforme os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



Do modelo de contratação – Registro de Preços

A Administração adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 78, IV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 27, IV, do Decreto Municipal nº 60.157/2024, considerando que a demanda é contínua, mas imprevista e sazonal, pois depende do fluxo de análise, revisão e divulgação de pareceres, termos e documentos da SEMURH.

O modelo SRP:

- assegura eficiência e economicidade;
- permite melhor resposta às variações de demanda;
- garante transparência e planejamento.

A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período.

Da subcontratação

É vedada a subcontratação de qualquer parcela do objeto, dada a natureza técnica e direta das publicações oficiais.

Da garantia da contratação

Não será exigida garantia da contratação.

Definição de Jornal de Grande Circulação – Estado do Maranhão

Para garantir a ampla publicidade exigida pelo art. 37 da Constituição Federal, será considerado como **jornal de grande circulação** aquele que comprove alcance expressivo em múltiplos municípios do **Estado do Maranhão**, seja na versão impressa e digital.

Ainda que a legislação não defina com precisão esse termo, a interpretação adotada deve observar os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e competitividade. O jornal escolhido deve possuir:

- Comprovação de distribuição regular e ampla;
- Capilaridade de leitores em várias regiões do Estado;
- Canal digital de fácil acesso.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve contemplar o levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como na justificativa técnica e econômica da solução escolhida.

O levantamento de mercado tem por objetivo identificar as soluções existentes no mercado que possam atender à demanda da Administração Pública, permitindo a comparação entre diferentes modelos de prestação de serviço, tecnologias disponíveis e práticas adotadas em contratações similares.

Para a realização deste levantamento, foram considerados, entre outros elementos:

- análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, consultadas por meio do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e sistemas de consulta de preços públicos;
- consulta a informações disponíveis em sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo;
- análise das práticas adotadas no mercado de **publicidade legal e institucional em jornais de grande circulação**;
- levantamento das formas usuais de contratação de serviços de veiculação de publicações oficiais.

A partir desse levantamento, foram identificadas as seguintes alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade administrativa.

Cenário 1: contratação direta de jornais de grande circulação

Nesse modelo, a Administração contrataria diretamente empresas jornalísticas responsáveis por veículos de comunicação de grande circulação, para fins de publicação dos documentos e atos administrativos exigidos por lei ou por decisão judicial, tais como pareceres técnicos, termos relacionados às operações urbanas e demais publicações institucionais.

Esse tipo de contratação apresenta como vantagem a segurança jurídica associada à notoriedade e credibilidade dos veículos tradicionais de comunicação, reduzindo eventuais questionamentos quanto à validade da divulgação dos atos administrativos.

Além disso, tais veículos costumam possuir mecanismos de comprovação de circulação e auditoria, como certificações de tiragem e relatórios de circulação, o que contribui para a rastreabilidade das publicações e facilita a verificação por órgãos de controle interno e externo.

Por outro lado, esse modelo apresenta limitações relacionadas à flexibilidade comercial, uma vez que muitos veículos trabalham com tabelas de preços previamente definidas, com menor margem de negociação. Em contratações pontuais ou de menor volume, essa característica pode resultar em custos mais elevados para a Administração.

Cenário 2: contratação de agências de publicidade ou assessorias especializadas

Nesse modelo, a Administração contrata empresas especializadas na intermediação e gestão de publicações institucionais e de publicidade legal, as quais atuam como agentes de mídia, realizando a veiculação dos conteúdos nos veículos de comunicação adequados.



Essas empresas possuem experiência no relacionamento com diferentes veículos de imprensa e podem oferecer maior flexibilidade na negociação de prazos, formatos e valores de publicação.

Entre as principais vantagens dessa alternativa destacam-se:

- centralização da gestão das publicações em um único fornecedor;
- otimização de tempo e recursos administrativos;
- possibilidade de negociação de melhores condições comerciais junto aos veículos de comunicação;
- maior flexibilidade na escolha dos veículos de divulgação.

Esse modelo também permite que a equipe técnica da SEMURH concentre seus esforços nas atividades finalísticas relacionadas ao planejamento urbano, enquanto a empresa contratada realiza a gestão operacional das publicações.

Entretanto, por envolver intermediação entre a Administração e os veículos de comunicação, esse modelo exige maior atenção na fiscalização contratual, de modo a assegurar a correta execução dos serviços e a efetiva comprovação das publicações realizadas.

Cenário 3: contratação de plataformas digitais de gerenciamento de publicações

Outra alternativa identificada no mercado consiste na utilização de plataformas digitais especializadas na gestão de publicações institucionais.

Nesse modelo, a Administração realiza as solicitações de publicação por meio de sistemas digitais integrados, que permitem o envio automatizado dos conteúdos para diferentes veículos de comunicação.

Entre as vantagens desse modelo destacam-se:

- maior automação do processo de publicação;
- organização digital do histórico de publicações;
- possibilidade de gerenciamento eletrônico de demandas.

Contudo, essa alternativa apresenta algumas limitações relevantes para o objeto desta contratação. Muitas dessas plataformas não possuem integração com veículos de comunicação efetivamente reconhecidos como jornais de grande circulação, condição necessária para atender às exigências legais e à decisão judicial que fundamenta a presente contratação.

Além disso, a dependência de sistemas digitais intermediários pode gerar riscos operacionais em caso de falhas tecnológicas ou indisponibilidade da plataforma.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A solução técnica selecionada pela Administração, em consonância com a análise das alternativas apresentada no capítulo Soluções Disponíveis no Mercado do Estudo Técnico Preliminar, corresponde ao **Cenário 2 – contratação de agências de publicidade ou assessorias especializadas para intermediação e veiculação de publicações legais e institucionais**.

Assim, a solução adotada consiste na contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, gestão e veiculação de publicações oficiais da Secretaria



Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH em jornais impressos e digitais de grande circulação estadual e/ou nacional.

Nesse modelo de contratação, a empresa especializada atuará como intermediadora entre a Administração Pública e os veículos de comunicação, sendo responsável pela gestão técnica das publicações, incluindo a recepção dos conteúdos encaminhados pela SEMURH, eventual tratamento editorial necessário à adequação dos textos aos padrões exigidos pelos veículos de comunicação, encaminhamento aos jornais apropriados, acompanhamento da veiculação e fornecimento de comprovação formal das publicações realizadas.

A escolha dessa solução fundamenta-se na constatação de que empresas especializadas nesse segmento possuem estrutura operacional, expertise técnica e relacionamento comercial consolidado com diversos veículos de comunicação, o que possibilita maior eficiência na gestão das publicações institucionais, além de proporcionar melhores condições comerciais e maior flexibilidade na execução das demandas administrativas.

Esse modelo de contratação é amplamente utilizado por órgãos da Administração Pública, especialmente em contratações relacionadas à publicidade legal e institucional, por proporcionar racionalização dos processos administrativos, padronização das publicações e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, as publicações objeto desta contratação referem-se principalmente a pareceres urbanísticos, pareceres econômicos, termos de compromisso e termos de quitação relacionados às Operações Urbanas realizadas no Município de São Luís entre os anos de 2004 e 2016, cuja divulgação em jornais de grande circulação é obrigatória tanto por força do art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992, quanto em razão da sentença judicial proferida nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001.

Além disso, a publicidade desses documentos está diretamente relacionada ao cumprimento dos princípios da transparência, publicidade e controle social dos atos administrativos, previstos na legislação urbanística nacional, em especial no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

A contratação de empresa especializada para a gestão dessas publicações apresenta diversas **vantagens técnicas e econômicas**, dentre as quais se destacam:

- **Otimização dos processos administrativos**, mediante centralização da gestão das publicações em um único fornecedor;
- **Redução de retrabalho administrativo**, evitando múltiplos contatos diretos com diferentes veículos de comunicação;
- **Melhores condições comerciais**, decorrentes da capacidade de negociação das empresas especializadas junto aos jornais parceiros;
- **Maior flexibilidade operacional**, permitindo atendimento mais ágil das demandas da Administração;
- **Rastreabilidade e comprovação das publicações**, mediante fornecimento de registros formais de veiculação, certificados e cópias das páginas publicadas;
- **Suporte técnico editorial**, incluindo orientação quanto à formatação e adequação dos conteúdos aos padrões exigidos pelos veículos impressos e digitais.

Adicionalmente, esse modelo de contratação permite que a SEMURH concentre seus esforços em suas atividades finalísticas — especialmente aquelas relacionadas ao planejamento urbano, regularização fundiária e desenvolvimento urbano do Município — enquanto a empresa contratada assume a gestão operacional e logística das publicações institucionais.



O objeto da contratação compreende, portanto, os serviços de intermediação, organização técnica, encaminhamento, acompanhamento e comprovação das publicações oficiais, garantindo:

- o cumprimento de decisões judiciais e obrigações legais;
- a publicidade e transparência dos atos administrativos;
- a divulgação ampla dos documentos relacionados às políticas urbanísticas do Município;
- a preservação de registros documentais necessários para fins de auditoria, controle interno e fiscalização por órgãos externos.

Considerando que a demanda por publicações possui caráter contínuo, porém variável, em razão do fluxo administrativo da SEMURH e da necessidade de cumprimento das obrigações legais e judiciais, opta-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

A utilização do Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade na execução contratual, possibilitando que a Administração realize as publicações conforme a demanda efetiva, sem a obrigatoriedade de contratação imediata de todo o quantitativo estimado, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor previsibilidade orçamentária.

Dessa forma, conclui-se que a solução correspondente ao **Cenário 2 – contratação de empresa especializada para intermediação e veiculação de publicações oficiais** representa a alternativa **tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente mais eficiente** para o atendimento das necessidades institucionais da SEMURH, estando plenamente alinhada às diretrizes estabelecidas nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como às boas práticas de planejamento das contratações públicas.



QUANTITATIVOS E VALORES

1. Metodologia de Estimativa dos Quantitativos

Em atendimento ao art. 8º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, que estabelece a necessidade de apresentação da metodologia utilizada para definição dos quantitativos estimados nas contratações públicas, bem como dos elementos técnicos e históricos que fundamentam a estimativa, apresenta-se a seguir o dimensionamento técnico da demanda.

A estimativa foi elaborada a partir de levantamento realizado pela Coordenação de Operações Urbanas – COU, unidade responsável pela análise e acompanhamento das operações urbanas no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH.

Tal levantamento teve como base os documentos técnicos cuja publicação foi determinada pela sentença judicial nº 0807193-84.2017.8.10.0001, que estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação, em jornal de grande circulação estadual ou regional, dos atos administrativos relacionados às operações urbanas realizadas no Município de São Luís entre os anos de 2004 e 2016.

Foram considerados, para fins de dimensionamento da demanda, os seguintes tipos documentais:

- pareceres urbanísticos;
- pareceres econômicos;
- termos de compromisso;
- termos de quitação.



Esses documentos compõem o conjunto de atos administrativos cuja publicidade constitui requisito essencial para a regularização das operações urbanas e cumprimento da decisão judicial mencionada.

2. Histórico de Demanda Utilizado como Referência Técnica

A partir do levantamento realizado pela área técnica da SEMURH, foram identificadas aproximadamente 1.000 páginas de documentos técnicos relacionados às operações urbanas ocorridas no período de 2004 a 2016 e que ainda não foram objeto de publicação em jornal de grande circulação.

Esses documentos constituem o passivo de publicidade institucional a ser cumprido pela Administração Municipal.

Como referência metodológica para dimensionamento do espaço necessário para publicação, utilizou-se amostragem técnica previamente processada, referente à diagramação de 205 documentos, realizada por empresa especializada em serviços de publicação e publicidade legal.

O resultado da diagramação desse conjunto documental indicou a ocupação de 1.548 centímetros por coluna (cm/col) de área efetiva de publicação em jornal.

Com base nessa amostragem, foi possível estabelecer parâmetro técnico de conversão entre volume documental e área de publicação, permitindo projetar a necessidade de espaço para o conjunto total de documentos identificados.

3. Dimensionamento Técnico da Estimativa

Considerando a proporção obtida na amostragem técnica, aplicou-se o fator médio de conversão entre o número de documentos e a metragem de publicação em centímetro por coluna (cm/col).

A projeção resultante indicou que o conjunto total de aproximadamente 1.000 documentos demandará área estimada de publicação equivalente a:

≈ 7.551,22 cm/col

Essa estimativa foi obtida com base nos seguintes parâmetros técnicos:

- similaridade estrutural entre os documentos analisados;
- densidade média de texto verificada na amostragem;
- padrão de diagramação utilizado em publicações institucionais de atos administrativos;
- proporcionalidade entre volume documental e área de publicação observada na amostra analisada.

Com o objetivo de garantir margem de segurança técnica para eventuais ajustes de diagramação e novas demandas relacionadas à execução da sentença judicial, foi aplicado acréscimo técnico de 2,5% sobre a estimativa obtida.

Esse acréscimo contempla:

- ajustes de layout ou diagramação exigidos pelo veículo de comunicação;
- eventual inclusão de informações complementares nos documentos publicados;
- possibilidade de republicação decorrente de ajustes formais;
- publicação de documentos adicionais relacionados às operações urbanas.

Aplicado o percentual de ajuste, obtém-se o quantitativo final estimado em:

7.740,00 centímetros por coluna (cm/col).

4. Observações Técnicas sobre a Estimativa

A estimativa apresentada baseia-se em parâmetros técnicos obtidos a partir de:



- levantamento documental realizado pela área técnica da SEMURH;
- amostragem de documentos previamente diagramados;
- cálculo proporcional entre volume documental e área de publicação.

Ressalta-se que, por se tratar de contratação sob demanda, a metragem efetivamente utilizada poderá sofrer variações decorrentes de fatores como:

- formatação final adotada pelo veículo de comunicação;
- ajustes editoriais necessários à publicação;
- inclusão ou exclusão de trechos documentais;
- eventual necessidade de republicações.

Todavia, tais variações não comprometem a consistência metodológica da estimativa apresentada, que representa parâmetro técnico adequado para dimensionamento da contratação.

5. Relação com Contratação Anterior

Registra-se que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH celebrou, em 13 de dezembro de 2024, o Contrato nº 021/2024 – SEMURH, cujo objeto também consistia na prestação de serviços de publicação de atos administrativos em jornais de grande circulação.

Contudo, embora o referido contrato permaneça formalmente vigente, verifica-se que não há saldo financeiro disponível para novas publicações, circunstância que impossibilita a continuidade da execução dos serviços necessários ao cumprimento da sentença judicial.

Dessa forma, a nova contratação mostra-se necessária para:

- assegurar o cumprimento integral da decisão judicial;
- permitir a publicação dos documentos ainda pendentes;
- garantir a continuidade da política de transparência e publicidade dos atos administrativos da SEMURH.

6. Planilha Estimativa da Contratação

Apresenta-se a seguir a planilha estimativa contendo os quantitativos projetados, os valores unitários obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada no Painel de Preços (ID 2132087) e o valor global estimado da contratação.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	4277 - Publicação de Atos oficiais em jornal de grande circulação, tais como: pareceres urbanísticos e econômicos de operações urbanas, termos de compromissos e termos de quitações. JORNAIS DE ÂMBITO ESTADUAL/REGIONAL	CENTÍMETRO POR COLUNA	7.740,00	R\$ 42,50	R\$ 328.950,00
Valor Total				R\$ 328.950,00	

O valor total estimado é de **R\$ 328.950,00 (trezentos e vinte e oito mil e novecentos e cinquenta reais)**



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO



A contratação não será parcelada.

Nos termos do **inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a decisão sobre o parcelamento ou não da solução deve ser motivada, considerando os critérios de eficiência, economicidade e adequação da contratação ao interesse público.

Após análise das necessidades específicas da **Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH**, em especial no que tange ao cumprimento da **sentença judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001**, concluiu-se pela **inviabilidade do parcelamento da solução**.

A natureza dos serviços de **publicações oficiais em jornais de grande circulação** requer uma **abordagem integrada, centralizada e contínua**, pois trata-se de:

Obrigações legais e judiciais de cumprimento imediato;

Publicações com formato padronizado e especificações técnicas uniformes;

Fluxo constante e sob demanda, o que demanda uniformidade contratual.

Optar pelo fracionamento da contratação em lotes ou etapas implicaria em:

Aumento da complexidade administrativa para fiscalização e gestão de múltiplos contratos;

Risco de inconsistência entre padrões de publicação adotados por diferentes fornecedores;

Potencial prejuízo à celeridade exigida por decisões judiciais e normas legais específicas (ex: art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992).

Assim, a **contratação de uma única empresa especializada**, por meio de processo licitatório regular, se mostra a forma mais eficiente de garantir a economicidade, a execução uniforme e o controle efetivo da prestação dos serviços.

Portanto, **justifica-se a não adoção do parcelamento**, sendo recomendada a **contratação da solução como um todo**, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade viabilizar o cumprimento de obrigação imposta por decisão judicial transitada em julgado, por meio da publicação, em jornal de grande circulação no Estado do



Maranhão, de documentos urbanísticos e termos firmados pela Administração Municipal de São Luís entre os anos de 2004 a 2016, conforme estabelecido nos autos do processo nº 0807193-84.2017.8.10.0001.

Com a execução do objeto, esperam-se os seguintes resultados concretos:

Cumprimento tempestivo da obrigação judicial, prevenindo a incidência de multas, sanções ou responsabilizações administrativas e pessoais aos gestores públicos envolvidos;

Garantia do princípio da publicidade, com ampla divulgação dos atos relacionados às operações urbanas, assegurando transparência e acesso à informação pela sociedade civil;

Efetividade na ação administrativa, por meio da adoção da solução tecnicamente mais adequada e juridicamente segura, com respaldo legal e agilidade na operacionalização das publicações;

Proteção ao erário público, ao mitigar riscos de penalidades judiciais e evitar custos decorrentes de fracionamento contratual, atrasos ou falhas operacionais no cumprimento da obrigação;

Reforço da transparência e da legitimidade institucional, conforme previsto no art. 17 da Lei Municipal nº 3.254/1992 e nos princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF/88), em especial os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e moralidade.

A execução centralizada do objeto por meio de contratação formal e estruturada proporcionará maior controle, eficiência, economicidade e segurança jurídica, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH, e restabelecendo a regularidade dos instrumentos de planejamento urbano no Município de São Luís.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em atendimento ao disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar, antes da formalização do contrato, as medidas necessárias para garantir a adequada execução contratual, especialmente no que se refere à designação de fiscais e gestores, capacitação de servidores e condições institucionais para acompanhamento da execução.

No âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH, as atividades administrativas relacionadas à fiscalização de contratos já são desempenhadas rotineiramente, contando com equipe técnica experiente, o que dispensa, neste momento, ações específicas de capacitação prévia.

Não obstante, a Administração deverá formalizar, por meio de portaria específica, a **designação de fiscais e gestores do contrato**, nos termos do art. 117 da mesma lei, assegurando que os servidores responsáveis tenham pleno conhecimento das suas atribuições legais, bem como das condições previstas no edital e no instrumento contratual.



Adicionalmente, não há necessidade de adequações estruturais, logísticas ou organizacionais no ambiente institucional para execução do objeto, tampouco há contratos vigentes a serem substituídos, eliminando a necessidade de medidas de transição.

Portanto, as providências prévias à celebração do contrato consistirão na **adoção das medidas formais mínimas indispensáveis** para garantir a conformidade legal da contratação, destacando-se a emissão da nota de reserva orçamentária, a designação de fiscais e gestores do contrato e a instrução regular do processo com os documentos exigidos pela legislação.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Conforme previsto no inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar, no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, a eventual necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, cuja ausência possa comprometer a efetiva execução da demanda principal.

No presente caso, a contratação em análise refere-se à **prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação**, conforme exigência legal e judicial. Trata-se de uma **demandas específica, pontual e autônoma**, que não depende da execução simultânea de outros contratos ou de estruturas complementares para sua viabilidade técnica ou jurídica.

Não há, portanto, elementos que justifiquem a vinculação desta contratação a outras contratações acessórias, tampouco qualquer relação de interdependência contratual. O objeto é claro, bem delimitado e plenamente exequível de forma independente.

Diante disso, conclui-se que **não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes**, sendo possível a execução isolada do objeto pretendido, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.



IMPACTOS AMBIENTAIS

Os preceitos normativos que consubstanciam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações pela Administração Pública (IN SLTI/MPOG nº 01/2010 c/c Decreto nº 7.746/2012 e art. 144 da Lei nº 14.133/2021) deverão ser observados pelas partes CONTRATANTES, de forma que o objeto contratual — consistente na publicação de extratos, avisos de licitação, atos administrativos e demais comunicações oficiais — cause o menor impacto possível sobre os recursos naturais. Deverão ser priorizadas práticas que assegurem:

- preferência por tecnologias de difusão de informação em meio digital, em complemento ao meio impresso, quando cabível e legalmente permitido;
- maior eficiência na utilização de recursos, com ênfase na redução do uso de papel e insumos gráficos;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO



- incentivo à geração de empregos e à utilização de mão de obra local;
- estímulo à adoção de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- comprovação da regularidade ambiental dos insumos empregados na confecção e veiculação das publicações.

No âmbito da Administração Municipal, o processo administrativo tramita em plataforma eletrônica, o que contribui para a redução de impactos ambientais e para a diminuição do consumo de papel e demais recursos físicos.

Ressalta-se que a empresa contratada deverá adotar continuamente estratégias sustentáveis, tanto na produção gráfica (quando impressa) quanto na disponibilização digital das publicações, de modo a minimizar impactos ambientais durante toda a execução contratual.



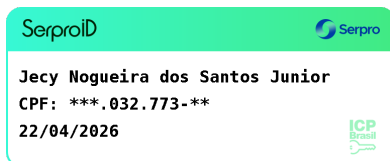
CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

São Luís - MA, 22 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIANE DINIZ DA SILVA
Data: 22/04/2026 12:06:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ELIANE DINIZ DA SILVA
Chefe da Assessoria Técnica



JECY NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
Superintendente de Apoio Administrativo

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2025 – SEMURH

Processo Administrativo nº _____

Ref. Pregão Eletrônico – SRP nº _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DE DOCUMENTOS URBANÍSTICOS E INSTITUCIONAIS, INCLUINDO PARECERES TÉCNICOS, TERMOS DE COMPROMISSO E DE QUITAÇÃO RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES URBANAS APROVADAS ENTRE 2004 E 2016, BEM COMO OUTROS ATOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS POR DECISÃO JUDICIAL, SOB DEMANDA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO – SEMURH, ÓRGÃO INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS.

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.307.102/0001-30, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO - SEMURH, sediada na Av. Guaxenduba, 280 – Centro, CEP: 65.015-560 São Luís – MA, CEP.: 65.071-820, neste ato representada por sua Secretária, a senhora ÉRICA GARRETO RAMOS BARBOSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 904.261.693-87, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, na cidade de ____/UF, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir reproduzidas, conforme art. 1º e seguintes da Lei nº 14.133/2021; ARP nº ____ - CPL/PMSL, Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____/CPL/PMSL (SRP) e seus anexos, bem como a proposta de preços apresentada na licitação, estes últimos acostados aos autos do processo administrativo em epígrafe, os quais passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de publicação oficial de documentos urbanísticos e institucionais, incluindo pareceres técnicos, termos de compromisso e de quitação relativos às Operações Urbanas aprovadas entre 2004 e 2016, bem como outros atos administrativos determinados por decisão judicial, sob demanda, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH da Prefeitura Municipal de São Luís/MA.

1.2. A descrição do objeto, as especificações dos serviços e os quantitativos estimados estão discriminados na forma abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	CATSERV	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação, tais como: pareceres urbanístico e econômico de operações urbanas, termos de compromissos e termos de quitações. JORNAIS DE ÂMBITO LOCAL/REGIONAL	Centímetro por coluna	4227			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, e de natureza contínua, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente contrato e demais atos pertinentes ao processo de registro de preços reger-se-ão pela Lei Federal nº 14.133/2021; e Decretos Municipais nº 60.155/2024 e nº 60.157/2024, sem prejuízo de outras normas constantes do edital.

2.2 Integram o presente contrato, independente de transcrição, o edital do PE nº ____ - CPL, e seus anexo, inclusive Termo de Referência; proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, e a Ata de Registro de Preços nº _____-CPL/PMSL

2.3 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4 A CONTRATADA obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A prestação dos serviços possui natureza contínua, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º, XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, por se tratar de atividade essencial à manutenção da publicidade e transparência dos atos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH.

3.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução: no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato;
- b) Métodos e rotinas: publicações realizadas sob demanda, mediante solicitações da CONTRATANTE;
- c) Prazos: a publicação dos documentos deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE, enviada por e-mail institucional;
- d) Envio de conteúdo: os textos (pareceres urbanísticos, termos, extratos e demais documentos administrativos) serão enviados em formato definitivo pela CONTRATANTE;
- e) Formatação: caberá à CONTRATADA ajustar a diagramação para adequação ao veículo de comunicação, sem gerar custos adicionais em caso de alteração de padrão, caso a contratada altere a formatação para um padrão de maior custo, não será admitido acréscimo de valores à CONTRATANTE;
- f) Frequência: a periodicidade das publicações será determinada exclusivamente pela CONTRATANTE, conforme sua necessidade e o fluxo processual.

3.3 O objeto será fornecido de forma contínua e sob demanda, até o limite previsto no contrato, cabendo à contratada aceitar acréscimos ou supressões de até 25%, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

3.4 A CONTRATADA deverá manter canal exclusivo de comunicação com a CONTRATANTE.

3.5 Os textos enviados serão de responsabilidade da CONTRATANTE e deverão ser respeitados em sua íntegra, salvo ajustes formais de diagramação e/ou correção de inconsistências formais (formatação, ortografia, etc), que deverão ser informados à CONTRATANTE antes da publicação.

3.6 As publicações deverão ocorrer em jornais de grande circulação estadual ou regional, em versões impressa e digital.

3.7 A contratada deverá disponibilizar, em até 1 (um) dia útil após a veiculação:

- a) Cópia digital em PDF da página publicada;
- b) Link direto da publicação (quando houver versão digital);
- c) Comprovante de circulação do jornal.

3.8 A fiscalização será feita por servidor designado pela SEMURH, que poderá rejeitar publicações em desacordo.

3.9 A contratada deverá manter registro atualizado de todas as publicações por mínimo de 05 (cinco) anos, para fins de controle e auditoria.

3.10 A entrega do serviço não implicará aceitação definitiva, que dependerá da verificação pelo fiscal do contrato.

3.11 A aceitação definitiva será formalizada em até 5 (cinco) dias após a publicação.

3.12 Em caso de não conformidade, a publicação deverá ser corrigida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.13 DA GESTÃO DO CONTRATO

3.13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas das Leis nº 14.133/2021, nº 13.709/2018 (LGPD), nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), dos Decretos Municipais nº 60.155/2024 e nº 60.157/2024, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostilamento.

3.13.3 A CONTRATANTE poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.13.4 O fiscal do contrato será responsável por acompanhar sua execução, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e garantindo os melhores resultados para a Administração.

3.13.5 Compete ao fiscal verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira, incluindo empenhos, pagamentos, glosas, apostilamentos e aditivos.

3.13.6 Todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas no histórico do contrato, com a descrição das providências adotadas para a regularização de falhas ou defeitos identificados.

3.13.7 Em caso de descumprimento contratual, o fiscal notificará a contratada para correção, e, se necessário, comunicará ao gestor do contrato para adoção de medidas adicionais.

3.13.8 Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, elaborando relatórios e avaliando a necessidade de adequações.

3.14 Condições complementares quanto à gestão e execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao instrumento contratual, cujo conhecimento é de obrigação da CONTRATADA, não sendo cabível posterior alegação de desconhecimento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária:

Ficha:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

Nota de Reserva:

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado sob demanda da SEMURH, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal designado, que deverá comprovar a efetiva realização e entrega das publicações.

6.2 O pagamento será realizado com base nas publicações efetivamente executadas, após comprovação da veiculação e aceitação pela SEMURH, mediante:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminatória;
- b) Relatório técnico contendo data, veículo, centimetragem publicada e comprovação digital (PDF/link) ou física, quando aplicável.

6.3 A CONTRATANTE poderá aplicar glosas, descontando valores correspondentes aos serviços não executados ou executados de forma inadequada, nos seguintes casos:

- a) Falha na execução em conformidade com as especificações;
- b) Atrasos injustificados no cumprimento dos prazos de publicação;
- c) Publicações não conformes com as normas legais, jurisprudenciais ou de qualidade editorial exigida.

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.5.1 o prazo de validade;

6.5.2 a data da emissão;

6.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

6.5.4 o período respectivo de execução do contrato;

6.5.5 o valor a pagar, e

6.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal da empresa. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

6.12 Caso a Nota Fiscal/Fatura seja rejeitada, será devolvida à contratada com as devidas justificativas para correção, reiniciando-se o prazo de pagamento somente após a regularização.

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 Em caso de atraso de pagamento, desde que não tenha havido culpa da contratada, será devida compensação financeira calculada pela fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias em atraso;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação = 0,00016438 (equivalente a 6% ao ano).

6.17 A SEMURH poderá deduzir dos valores a pagar os montantes correspondentes a multas, glosas ou indenizações devidas pela contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Conforme termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7.3 Por força do art. 106, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica extinto o contrato, sem ônus, quando a Administração não dispuser de créditos orçamentários para a continuidade da prestação de serviços ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

8.1 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.1.2 Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

8.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

8.3 As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Sem prejuízo de outras responsabilidades previstas neste Instrumento, compromete-se a CONTRATADA a:

- a) Publicar, em versão impressa e eletrônica, os pareceres urbanísticos e econômicos, termos de compromisso e de quitação das operações urbanas (2004-2016), bem como demais documentos de interesse da CONTRATANTE;
- b) Manter, durante a execução do contrato e inclusive no processo de pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

- c) Manter dados atualizados perante a CONTRATANTE;
- d) Assegurar rastreabilidade das publicações, com registro de local, data, página e horário (no caso de meio digital), além de fornecer comprovantes formais em prazos e formatos exigidos;
- e) Corrigir, às próprias expensas, quaisquer erros ou omissões em publicações, republicando o material no mesmo veículo e com o mesmo destaque;
- f) Cumprir integralmente os prazos de veiculação definidos pela SEMURH, observando a urgência ou os prazos legais vinculados;
- g) Emitir nota fiscal/fatura dos serviços, apresentando-a para ateste e pagamento;
- h) Relatar à SEMURH qualquer irregularidade identificada na execução dos serviços;
- i) Comunicar imediatamente à SEMURH alterações em endereço, telefone e e-mail;
- j) Indicar preposto para acompanhamento da execução do contrato;
- k) Responsabilizar-se integralmente por tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e outras obrigações incidentes;
- l) Manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, devendo atender tempestivamente às demandas do fiscal do contrato ou autoridade competente;
- m) Reconhecer que a indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada pela Administração, mediante justificativa, devendo a CONTRATADA designar outro representante quando solicitado;
- n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos da legislação aplicável, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados;
- o) Alocar os recursos humanos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, com qualificação e conhecimento adequados, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e demais meios necessários à execução dos serviços;
- p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da SEMURH ou de servidor responsável pela fiscalização ou gestão contratual, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- q) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional envolvida, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias decorrentes da execução do contrato;

- r) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela SEMURH ou por seus representantes, garantindo-lhes acesso às informações, registros e documentos relacionados à execução contratual;
- s) Paralisar, por determinação da SEMURH, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as boas práticas técnicas ou que represente risco a pessoas ou bens;
- t) Conduzir os serviços com estrita observância à legislação vigente e às determinações dos órgãos públicos competentes, mantendo condições adequadas de segurança, higiene e organização;
- u) Submeter previamente à SEMURH, por escrito, para análise e aprovação, quaisquer alterações de métodos operacionais ou procedimentos que se afastem das especificações previstas neste Termo de Referência;
- v) Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nem permitir trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;
- w) Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- x) Comprovar, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o cumprimento das reservas legais referidas no item anterior, indicando os empregados que ocupam tais vagas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Sem prejuízo de outras responsabilidades previstas neste Instrumento, compromete-se o(a) CONTRATANTE a:

- a) Emitir notas de empenho e ordens de serviço para solicitações sob demanda;
- b) Atestar a nota fiscal/fatura após a comprovação das publicações;
- c) Encaminhar à contratada os documentos a serem publicados em formato definitivo e autorizar sua veiculação;
- d) Efetuar pagamento pelos serviços efetivamente prestados;
- e) Fornecer dados e informações administrativas necessárias à execução;
- f) Designar fiscais para acompanhamento do contrato, exigindo comprovação formal das publicações e adotando medidas em caso de falhas ou descumprimento;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual,

fixando prazo para substituição, reparo ou correção total ou parcial, às suas expensas;

- i) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação aplicável e neste instrumento contratual;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- k) Emitir decisão expressa sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem relevância para a boa execução contratual;
- k.1) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre as solicitações mencionadas na alínea anterior, admitida prorrogação motivada por igual período;
- l) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando aplicável.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

11.1 DO REAJUSTE

11.1.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da apresentação da proposta.

11.1.2 Após o período de 12 (doze) meses, desde que comprovada a efetiva variação dos custos de produção, a pedido da contratada, os preços poderão ser reajustados pela SEMURH com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sob pena de preclusão.

11.1.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

11.1.4 No caso de atraso ou não divulgação oficial do índice de reajuste, a CONTRATANTE aplicará a última variação conhecida, liquidando posteriormente a diferença quando houver publicação do índice definitivo.

11.1.5 Para fins de reajuste contratual, somente serão considerados os índices definitivos divulgados oficialmente, não se admitindo valores preliminares ou estimativos. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice previsto, será adotado o substituto determinado pela legislação em vigor.

11.1.6 Na ausência de definição legal sobre índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajuste, mediante termo aditivo, observando critérios de razoabilidade e transparência

11.1.7 O reajuste será formalizado mediante termo de apostilamento no processo administrativo, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 DA REPACTUAÇÃO

11.2.1 A repactuação será precedida de solicitação do CONTRATADO, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

11.2.2 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços pela CONTRATANTE será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3 Ao solicitar a repactuação, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:

11.2.3.1 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, que servirá de referência.

11.2.3.2 Os equipamentos e materiais com durabilidade igual ou superior a 12 (doze) meses são irreajustáveis.

11.2.4 Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

11.2.5 Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

11.2.6 As particularidades do contrato em vigência;

11.2.7 A nova planilha com variação dos custos apresentados;

11.2.8 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

11.2.9 Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

11.3 A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

11.4 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.5 A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos serviços objeto do Termo de Referência.

- 11.6 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 11.6.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 11.6.2 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 11.7 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 11.8 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato ou, caso não haja prorrogação, na data em que o contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente ou, ainda, na data do encerramento do contrato.
- 11.9 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro dos prazos acima, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 11.10 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada ou o contrato tiver completado 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - b) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 11.11 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 11.12 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 11.13 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- IV. Multa:

- a) moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b) moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

- c) compensatória de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 13.7.1 natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.7.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 13.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.7.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 13.7.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados

como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

14.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- 14.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.5.3 Indenizações e multas.

14.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

14.7 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2 Em conformidade com os incisos X, XI, XVI, XVII e XVIII do artigo 2º da Lei nº 14.133/2021, ficam estabelecidos os seguintes princípios e direitos fundamentais no âmbito deste contrato:

15.2.1 Desenvolvimento Sustentável:

15.2.1.1 As partes contratantes comprometem-se a promover o desenvolvimento nacional sustentável em todas as fases do contrato, adotando práticas que respeitem o meio ambiente, a economia e a sociedade, assegurando que as ações desenvolvidas contribuam para a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

15.2.2 Inovação:

15.2.2.1 A CONTRATANTE incentivará e valorizará a inovação nos processos e métodos de trabalho adotados pela CONTRATADA, buscando sempre a melhoria contínua dos serviços prestados, a eficiência e a eficácia nas soluções propostas, de modo a atender às demandas da Administração Pública com criatividade e dinamismo.

15.2.3 Divisão do Objeto:

15.2.3.1 Na execução deste contrato, a CONTRATANTE poderá, sempre que possível e vantajoso, promover a divisão do objeto em lotes, visando ampliar a competitividade, facilitar a participação de pequenas e microempresas e otimizar os resultados obtidos. Esta prática deverá observar a indivisibilidade técnica e econômica do objeto contratado.

15.2.4 Segregação de Funções:

15.2.4.1 Será observado o princípio da segregação de funções nas atividades desenvolvidas no âmbito deste contrato, garantindo que as responsabilidades de autorização, execução e controle não sejam concentradas em uma única pessoa ou unidade, a fim de evitar conflitos de interesse e assegurar a transparência e a lisura nos procedimentos adotados.

15.2.5 Justa Competição:

15.2.5.1 As partes deverão assegurar a justa competição, promovendo condições igualitárias para todos os concorrentes no processo licitatório, coibindo práticas anticompetitivas e garantindo que a seleção dos contratados seja baseada em critérios objetivos e imparciais, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso ao do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação o da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 Os dados obtidos somente poderão o ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 A contratada deverá comunicar à SEMURH, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a celebração de contratos de suboperação que envolvam tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto.

16.5 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, a contratada deverá eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da mesma Lei, especialmente quando houver obrigação legal ou contratual de guarda, durante o período necessário à comprovação.

16.6 A contratada deverá promover a orientação e capacitação de seus empregados quanto às responsabilidades e deveres relacionados à LGPD.

16.7 A SEMURH poderá realizar diligências para verificar o cumprimento desta cláusula, devendo a contratada atender prontamente aos pedidos de comprovação.

16.8 A contratada deverá fornecer, no prazo fixado pela SEMURH, quaisquer informações solicitadas acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Bancos de dados formados a partir da execução contratual, quando envolverem dados pessoais, deverão ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de todos os acessos (art. 37 da LGPD), incluindo data, horário e finalidade.

16.10 Os bancos de dados deverão ser desenvolvidos, sempre que aplicável, em formato interoperável, de forma a garantir a possibilidade de utilização pela Administração, nos termos da LGPD.

16.11 O contrato poderá ser alterado para adequação às orientações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, especialmente mediante pareceres técnicos ou recomendações oficiais.

16.12 Os contratos e convênios referidos no §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à ANPD, sempre que envolverem compartilhamento de dados pessoais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís/MA, ____ de _____ de 2025

ERICA GARRETO RAMOS BARBOSA

Secretária Municipal de Urbanismo e
Habitação – SEMURH

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1.

2.

